

Aspectos do poder e do cotidiano em Norbert Elias

Patrícia Lins Gomes de Medeiros¹

Resumo

O trabalho faz um levantamento de questões ligadas às relações de poder observadas por Norbert Elias em duas de suas obras: *Os estabelecidos e os outsiders* e o primeiro volume de *O processo civilizador*. Explora-se a relação entre os estabelecidos e os civilizados, e entre os *outsiders* e os incivis. Dessa forma, o presente texto estabelece alguns pontos de comparação entre os dois livros partindo dos conceitos de poder, cotidiano e exclusão.

Palavras-chave: poder, cotidiano, processo civilizador, estabelecidos, *outsiders*.

Abstract

The paper does a survey of questions about the power relations observed by Norbert Elias into two of his works: *The established and the outsiders* and the first volume of *The civilized process*. The joining between the Elias' established and the civilized, and the Elias' outsiders and the uncivilized appear more intense than it can look. So, the present text fixes some points of comparison between the two books, departing from concepts like power, quotidian and exclusion.

Key-words: power, quotidian, civilized process, established, outsiders.

Introdução

Com uma popularidade tardia, o alemão Norbert Elias é considerado hoje um dos grandes nomes nos estudos sobre as redes sociais. Ele foi tratado por um longo tempo como um autor marginal, mas teve sua obra redescoberta por teóricos das ciências sociais

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, bolsista CAPES. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFPB. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre o Cotidiano e o Jornalismo (GRUPECJ) – Decom-UFPB. E-mail: patylinspb@hotmail.com

da década de 1960. Desde então, os escritos de Elias têm sido de fundamental importância na compreensão das relações entre os indivíduos, e entre estes e a sociedade.

O presente texto tem como pretensão levantar algumas questões no que diz respeito ao conceito de **poder** nas obras de Elias, como também a forma como ele analisa as relações de poder que surgem entre os indivíduos. Serão abordados aqui dois livros do autor: *Os estabelecidos e os outsiders* e o primeiro volume de *O processo civilizador*.

O primeiro volume de *O processo civilizador* foi originalmente publicado em 1939 e é considerado um dos escritos mais famosos do autor, discorrendo sobre a alteração dos costumes ao longo da Idade Média e da Modernidade. Nele, Elias analisa de forma microscópica a gradual transformação nos padrões europeus medievais de comportamento à mesa, das funções corporais, de comportamento sexual, de violência, na transição para a modernidade. No momento em que a nova aristocracia assume o poder durante os séculos XVI e XVII, surge a necessidade nos indivíduos de se moldarem a um novo comportamento social, baseado na vergonha, no nojo e principalmente no autocontrole. Este é o campo de surgimento dos manuais de etiqueta e de boas maneiras, escritos por Erasmo, Castiglione, Della Casa e outros autores, e que servem de base para Elias na análise das mudanças comportamentais.

Já *Os estabelecidos e os outsiders* teve sua primeira publicação em 1965. O livro é fruto de um estudo realizado no fim da década de 1950 e início da de 1960, em parceria com John L. Scotson, cujo objetivo inicial era estudar a delinquência juvenil em uma pequena comunidade inglesa chamada Winston Parva. Porém, ao longo da pesquisa, questões maiores começaram a emergir, levando os autores a observarem também “a maneira como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo muito semelhante” (ELIAS; SCOTSON, 2000, 13). Dessa forma, foram identificados um grupo estabelecido, residente no que os autores chamaram de zonas 1 e 2, e um grupo *outsider*, residente na zona 3.

Alguns dos pontos fundamentais que pretendemos levantar aqui se referem a como se dão as relações de poder em diferentes sociedades e em diferentes momentos históricos;

ao fato de estas relações se darem no cotidiano, nas tarefas do dia-a-dia dos indivíduos; de que forma as estruturas sociais acabam se configurando em um grupo estabelecido e em um outro excluído (*outsider*, nas palavras do autor). Tentaremos abordar estas questões estabelecendo comparações entre as duas obras citadas.

O poder nas relações sociais

Antes de prosseguirmos no debate, faz-se necessário um apanhado do que seria o conceito de poder para Norbert Elias. Segundo este autor, o poder é um atributo das relações sociais, é um fruto do contato entre os indivíduos e das suas ações a todo instante, sejam elas no campo político, econômico, cognitivo, etc. Dessa forma, Elias não toma o poder como algo que se “põe na bolsa” (GEBARA e LUCENA, 2005:01), ou seja, algo concreto que está nas mãos de um grupo social – relacionado principalmente ao controle de coisas, de objetos e de pessoas. Em Elias², “o conceito de poder deixou de ser uma substância para se transformar numa relação entre duas ou mais pessoas e objetos naturais; assim, o poder é um atributo destas relações que se mantêm num equilíbrio instável de forças” (SALLAS, 2001: 219).

Se o poder tem como fonte as relações humanas mais variadas, ele também pode assumir diversas formas. Na linguagem eliasiana, isso quer dizer que há grupos ou indivíduos que “podem reter ou monopolizar aquilo que os outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento, etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros” (ELIAS, 1994 *apud* GEBARA: LUCENA, 2005: 01).

Assim, o poder na teoria de Elias não se resume ao que ocorre entre senhores e servos, dominadores e dominados, mas pode ocorrer entre indivíduos de uma mesma família, entre membros de bairros vizinhos; e pode se mostrar também nas mais variadas

² Esta forma de ver as relações de poder de Elias é compartilhada, em alguns aspectos, por outros teóricos – como Michel Foucault e Max Weber.

situações, como a maneira que os indivíduos se portam à mesa, a maneira de se vestir, e a aceitação (ou não) em atividades cotidianas de lazer.

É, pois, justamente esta forma diferente de ver as relações de poder – e conseqüentemente de marginalização e de exclusão – que pretendemos identificar nas obras *O processo civilizador* e *Os estabelecidos e os outsiders*.

O processo civilizador

A discussão sobre poder no primeiro volume de *O processo civilizador* pode ser iniciada com a análise que Norbert Elias faz dos conceitos de *courtoisie* e *civilité*. *Courtoisie* é um “conceito que resumia a autoconsciência aristocrática e o comportamento socialmente aceitável” na Idade Média (ELIAS, 1994:76). Ele se refere a um determinado lugar na sociedade da época: a corte. Dessa forma, a cortesia era um código específico de comportamento, próprio dos círculos cortesãos das grandes cortes feudais que, apesar de ter como objetivo inicial distinguir este grupo dos demais, acabou mais tarde sendo comparado às “maneiras rudes” dos camponeses.

Este último fato se deu porque, durante os séculos XVI e XVII, ocorreu o estabelecimento de uma nova aristocracia e uma transição na sociedade da época, acompanhada de uma mudança comportamental de grandes proporções. Aqui, a cortesia perde o seu *status* social e o que se passa a empregar são as boas maneiras da *civilité*³.

Como fruto dessa mudança, Elias aponta os inúmeros tratados de “boas maneiras” que surgem nesta época, em especial o de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (*Da civilidade em crianças*). Este tratado é uma das principais ferramentas de Elias para identificar a mudança gradativa que se deu no comportamento dos indivíduos neste período histórico.

³ Elias emprega, neste momento, o conceito francês de civilização que, segundo ele, “pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais e sociais”. Elias ainda diferencia *civilité* do conceito alemão de *Kultur*, o qual “alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro” (ELIAS, 1994: 24)

Escrito por volta de 1530, o manual de Erasmo marca bem o período de transição na transformação dos costumes. Nesta obra, Erasmo ainda pode “*falar sobre coisas, funções, modos de se comportar que um ou dois séculos depois são acompanhados de sentimentos de vergonha e embaraço cuja menção ou exibição em público são proscritas pela sociedade*” (ELIAS, 1994:94).

Porém, o que pretendemos destacar aqui é a *quem* se destinava este tipo de manual de etiqueta. Sobre isso, Elias (1994: 110) escreve, ao se referir ao tratado escrito por Antoine de Courtin:

O público visado é muito claro. Enfatiza-se que os conselhos são apenas para as *honnêtes gens* [grifo do autor], isto é, de modo geral, gente de classe alta. Em primeiro lugar, o livro atende à necessidade da nobreza provinciana de se informar sobre o comportamento na corte e, além disso, à de estrangeiros ilustres. Mas pode-se supor que o sucesso apreciável deste livro resultou, entre outras coisas, do interesse despertado nos principais estratos burgueses.

Essa necessidade de ações e de atitudes que caracterizassem uma determinada classe social se explica como uma maneira de auto-afirmação da aristocracia da época. Em outras palavras, o que a classe alta queria era se distinguir das demais, fosse através da sua linguagem, das suas vestimentas ou das suas “boas maneiras”.

Como reforço dessa teoria, Elias aponta o fato de que conceitos como *aristocracia* e *nobre* refletem a forma como os membros dos grupos mais poderosos se auto-representam:

O sentido literal do termo “aristocracia” [...] tratava-se de um nome que a classe mais alta ateniense, composta de guerreiros que eram senhores de escravos, aplicava ao tipo de relação de poder, que permitia a seu grupo assumir a posição dominante em Atenas. Mas, significava literalmente “dominação dos melhores”. Até hoje, o termo “nobre” preserva o duplo sentido de categoria social elevada e de atitude humana altamente valorizada, como na expressão “gesto nobre” (ELIAS; SCOTSON; SCOTSON, 2000, 19).

Da mesma forma, os conceitos de cortesia e de civilização já são excludentes, dividindo a sociedade entre os cortesãos e os camponeses, e entre os civilizados e os incivis.

Tendo como fio condutor o tratado de Erasmo, Elias identifica “o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo” (ELIAS, 1994, 95). Sim, *acostumar*, uma vez que o argumento para a mudança de comportamento, como já pudemos notar, não é científico, não é religioso, nem se dá por questões de higiene. Ele é social; a mudança se deu porque “a estrutura alterada da nova classe expõe cada indivíduo [...] às pressões dos demais e do controle social” (ELIAS, 1994, 91).

Ao passo que na sociedade medieval (principalmente a anterior ao século XVI), os indivíduos eram totalmente desprovidos de controle social das suas ações mais cotidianas como comer, assuar, cuspir, dormir ou falar, aos poucos o sentimento de vergonha foi se apoderando das pessoas, e se passou a exercer um controle nas ações feitas na presença de seus pares. Nos séculos XVIII e XIX, os indivíduos já tinham incorporado um *autocontrole*, que Elias associa ao que Freud chamou de *superego*. É por isso que Elias (1994: 143) aponta que “o sentimento de vergonha é evidentemente uma função social modelada segundo uma estrutura social”.

Assim, podemos afirmar que, por meio de um longo e lento processo, uma camada social fez uso de sua posição social para desenvolver uma transformação nos costumes, a qual levou o nome de civilização. Esta transformação não ocorreu, é certo, de forma consciente, mas foi fruto do desejo da aristocracia em se distinguir dos demais estratos da sociedade tomados como inferiores. O efeito desta transformação foi o empoderamento daqueles que incorporaram todos os costumes nobres (os civilizados), mas também de exclusão da grande maioria que não acompanhou as mudanças e continuou suja, rude, “sem modos”, incivilizada.

Os estabelecidos e os *outsiders*

O próprio título desta obra de Norbert Elias, escrita juntamente com John Scotson, já nos remete a uma situação clara onde se desenvolve uma relação de poder: os estabelecidos são os grupos ou indivíduos que ocupam posições de prestígio e de poder em

uma comunidade, que se auto-percebem e que são reconhecidos como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência; os *outsiders* são justamente as pessoas que se encontram totalmente fora deste tipo de situação. (ELIAS e SCOTSON:2000).

Sendo assim, “superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-*outsiders* ilumina exemplarmente: as relações de poder” (*ibidem*:08). É partindo destes dois conceitos-chave que vamos perceber a configuração social que Elias demonstra neste seu livro.

Os autores dividiram a comunidade de Winston Parva em três zonas: a zona 1, composta por um bairro de classe média; a zona 2, a parte mais antiga da cidade, conhecida como “a aldeia”, na qual viviam famílias de operários; e a zona 3, chamada de “beco dos ratos”, composta por famílias de imigrantes que chegaram ao local durante a primeira guerra mundial e formaram um loteamento. As zonas 1 e 2, formavam o grupo estabelecido do local, enquanto que a posição de *outsiders* era reservada aos habitantes da zona 3.

Como exemplo da exclusão a que os *outsiders* foram submetidos, o autor cita a divisão dos *pubs*, locais típicos de lazer dos ingleses. Na cidade, havia dois bares desse tipo: ‘A águia’ e ‘A lebre e os cães’. Com a chegada no loteamento, os “londrinos”, que estavam acostumados a se comportarem de uma forma mais descontraída, tentaram freqüentar os dois locais, mas foram “boicotados” em A águia. O resultado foi a freqüência exclusiva no pub ‘A lebre e os cães’ das pessoas do loteamento e ‘A águia’ pelos aldeões.

Esta configuração estabelecidos-*outsiders* foi facilmente identificada por Elias e Scotson, mas o que chamou a atenção foi justamente como se deu a sua formação naquela sociedade.

A problemática se desenvolveu ainda mais quando os autores observaram que não havia, entre os habitantes das zonas 2 e 3 nenhuma diferença em relação à etnia, à nacionalidade, à religião, ao tipo de ocupação, à renda ou ao nível educacional. Ou seja, todos os aspectos apontados nos estudos sociais clássicos, e que pudessem conferir a

superioridade de poder aos membros da “aldeia”, eram inaplicáveis no caso de Winston Parva. De todo modo, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o outro grupo é excluído” (ELIAS e SCOTSON, 2000: 23). Coube, pois aos autores, identificar qual era o aspecto que diferenciava os membros das duas zonas.

O único diferencial encontrado foi o fato de que os membros da “aldeia” residiam no local há mais tempo do que os habitantes do loteamento (havia cerca de 60 anos de diferença).

Os moradores da zona 2, em sua maior parte, eram membros de famílias que viviam na região havia bastante tempo, que ali se haviam estabelecido como antigos residentes, que acreditavam fazer parte do lugar e achavam que lhes pertencia. Os moradores da zona 3 eram recém-chegados que haviam passado a morar em Winston Parva em data relativamente recente, e que continuavam a ser forasteiros em relação aos habitantes mais antigos. (*ibidem*: 52)

Ou seja, os habitantes da “aldeia” criaram um grande grau de coesão e um carisma grupal distintivo. Todos se conheciam e já tinham, há muito tempo, estabelecidos seus lugares nas relações sociais. Justamente estas características faltavam entre os habitantes da zona 3: vieram de lugares diferentes, não estabeleceram laços de vizinhança e formavam um grupo totalmente heterogêneo.

Justamente devido a esta falta de coesão, o grupo *outsider* não tinha como se defender da situação de exclusão à qual eram submetidos. A eles não era permitida a participação nas atividades de lazer da comunidade, como os grupos religiosos, a orquestra de música local, o grupo de idosos, os grupos de jovens e o grupo de teatro. Mas o principal elemento de estigmatização contra a zona 3 era a **fofoca**.

Por fofoca os autores entendem “as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras” (ELIAS e SCOTSON, 2000: 121). Porém, no caso de Winston Parva havia, na verdade, dois tipos de fofoca: uma **elogiosa** (*pride gossip*), aplicada aos habitantes da “aldeia”, como forma de confirmar a sua superioridade social; e outra **depreciativa** (*blame gossip*), dirigida aos membros do

loteamento, como forma de propagar e “confirmar” as características ruins da porção pior (ou seja, da minoria anômica⁴) daquele bairro.

Ou seja, através desse meio de controle social, criava-se uma imagem do loteamento como se ele fosse uma favela, na qual residiam pessoas com inúmeros filhos, com maus hábitos de higiene, barulhentas e rudes. Na realidade, apenas cerca de oito famílias viviam nestas condições, e eram justamente nestes lares que se criaram os adolescentes acusados de delinqüência. No entanto, mesmo que a realidade e a imagem depreciativa do bairro não coincidissem, a idéia de que a zona 3 era um péssimo local para se viver acabava sendo incorporada pelos seus moradores.

Assim, ao mesmo tempo em que os estabelecidos transformavam um fato único ocorrido no loteamento em uma característica genérica (e mesmo genética) dos *outsiders*, estes, ao fim, se auto-reconheciam como possuidores de um “valor humano inferior”.

Toda esta situação contribuía para o auto-reconhecimento dos estabelecidos: “A exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (ELIAS e SCOTSON, 2000: 22).

O cotidiano nas obras de Elias

Devido ao fato de Elias identificar as manifestações de poder nas relações que os indivíduos estabelecem entre si, torna-se constante a relação entre poder e cotidiano em suas obras.

Por cotidiano entendemos aqui as práticas humanas realizadas pelos atores sociais no seu dia-a-dia - o que não quer dizer que se resuma à mecanicidade da rotina. Apesar de serem, na maioria das vezes, vistas como algo banal ou insignificante, as ações cotidianas

⁴ Ao utilizar este conceito em sua obra, Elias dialoga com a definição de anomia durkheimiana. Porém, ele defende a idéia de que anomia não significa o caos em sentido absoluto. Para Elias, por mais desordenado ou caótico que pareça, nenhum agrupamento humano é desprovido de estrutura (ELIAS e SCOTSON: 2000).

compõem um campo extremamente frutífero para o desenvolvimento das relações sociais e, conseqüentemente, de estudos sobre a sociedade. Dentre as principais características do cotidiano, podemos apontar a probabilidade, a espontaneidade, a sociabilidade, a polissemia e a heterogeneidade nas relações humanas.

Em *O processo civilizador*, Elias parte dos manuais de boas maneiras para tentar compreender as mudanças de comportamento que levaram à “civilização”. O que estes manuais descreviam era justamente as formas dos indivíduos se portarem nas situações mais cotidianas, como comer, escarrar, assuar, dormir e fazer suas funções corporais e sexuais. Foi, pois, nestas ações do dia-a-dia que a sociedade (que já tinha as suas diferenças econômicas e sociais) se repartiu entre os civilizados e os incivis, de forma que aqueles exerciam o seu poder e o seu prestígio de fazer parte da “boa sociedade”, e estes eram excluídos por não terem “boas maneiras”.

Foi também por meio das ações cotidianas que Elias foi identificar os desvios nos equilíbrios de poder em Winston Parva. Nesta comunidade, a exclusão estava constantemente associada ao cotidiano, ocorrendo de várias formas:

- O afastamento ou restrição dos *outsiders* das atividades mais cotidianas de lazer (ir à igreja, ao cinema, participar das associações comunitárias, frequentar o bar);
- A participação aceita, mas sob reservas, na escola e no grupo de operários;
- Por meio da atividade cotidiana da fofoca. Aliás, os mexericos dos estabelecidos estavam intrinsecamente vinculados às suas atividades cotidianas. Após as reuniões das associações ou os cultos, as pessoas voltavam a se reunir apenas para colocar “a roda do moinho da fofoca em ação”.

Fica clara a preocupação de Elias com as ações cotidianas ainda em outro trecho de *O processo civilizador*: “*não raro, são exatamente estes últimos, os fenômenos triviais, que nos dão uma noção clara e simples da estrutura e desenvolvimento da psique e suas relações, que nos eram negadas pelos primeiros [os fenômenos classificados como importantes]*” (ELIAS, 1994:125).

Os civilizados/estabelecidos e os incivis/outsiders

Como pudemos observar, são vários os pontos em comum entre as relações de poder que Elias identifica na sociedade européia dos séculos XVI e XVII, e aquelas que ocorrem na comunidade de Winston Parva. Mas também há alguns pontos divergentes.

Além da exclusão e da estigmatização por meio de atitudes cotidianas, podemos notar que a aristocracia medieval e os estabelecidos da “aldeia” constroem as suas respectivas imagens de superioridade através da depreciação das outras camadas tidas como inferiores. Para isso, são elaboradas crenças como a de que os *outsiders* e os camponeses são sempre pessoas sujas e rudes.

“No caso de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos *outsiders* são comumente tidos como sujos e quase inumanos” (ELIAS e SCOTSON, 2000: 29).

Durante a Idade Média, “todos, do rei e a rainha ao camponês e sua mulher, comem com as mãos. Na classe alta há maneiras mais refinadas de fazer isso. Deve-se lavar as mãos antes de uma refeição” (ELIAS, 1994: 71). Com a mudança dos costumes para a **civilité**, “o comportamento nobre, cortês, é constantemente comparado com as ‘maneiras rudes’, a conduta dos camponeses” (*ibdem*: 77).

Outro ponto em comum é a existência de um comedimento dos aristocratas/estabelecidos em relação aos seus pares e ao mesmo tempo a falta deste quando se trata dos servos/ *outsiders*.

“Quando o diferencial de poder é suficientemente grande, um membro de um grupo estabelecido pode ser indiferente ao que os *outsiders* pensam dele, mas raramente ou nunca é indiferente à opinião de seus pares [...]. A auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele” (ELIAS; SCOTSON, 2000, 40).

“Inicialmente, torna-se uma infração repugnante mostrar-se de qualquer maneira diante de pessoas de categoria mais alta ou igual. Mas, no caso de inferiores, a semi-nudez ou mesmo a nudez pode até ser sinal de benevolência” (ELIAS, 1994, 144).

Podemos citar ainda a elaboração de um autocontrole nos grupos que detêm o poder. Esta característica ajuda na integração dos membros do grupo, na elaboração de padrões, mas também atua como uma forma de exclusão dos considerados fracos por não incorporarem a disciplina necessária para se tornar um estabelecido ou nobre.

“Num ambiente relativamente estável, o código de conduta mais sofisticado e o maior grau de autocontrole costumam associar-se a um grau mais elevado de disciplina, circunspeção, previdência e coesão grupal. Isso oferece recompensas sob a forma de *status* e poder” (ELIAS e SCOTSON, 2000: 171).

“A modelagem por esses meios [repreensão por meio do embaraço, medo, vergonha, culpa] objetiva a tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo pareça à mente do indivíduo resultar de seu livre arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana” (ELIAS, 1994: 153).

Tratando-se dos aspectos divergentes, apontamos como o principal deles o fato de que a relação de poder que havia entre a aristocracia e os seus servos se baseava principalmente nas diferenças econômicas e sociais. Já no caso de Winston Parva, tal relação se dá, basicamente, pela diferença entre os bairros quanto ao tempo de habitação no local.

Conclusão

Dentre tantos aspectos de suma importância nas duas obras de Norbert Elias brevemente analisadas aqui, podemos destacar a constante preocupação deste autor em nunca desvincular os indivíduos dos grupos aos quais eles pertencem e compõem. Com uma leitura superficial, poderíamos deduzir que *O processo civilizador* trataria a questão da civilização associada à idéia de evolução, ou seja, de que as sociedades atuais fossem

melhores e mais civilizadas, enquanto as sociedades anteriores fossem compostas por homens-animais que comiam com as mãos e faziam suas funções corporais nas ruas.

Por outro lado, o próprio Elias toma o cuidado de afirmar que o que ele analisa é, na verdade, a forma como se deu o processo de mudança nos costumes; se estes são melhores ou piores do que os anteriores, “não vem ao caso” (ELIAS, 1994:75). Ele ainda acrescenta: “Na verdade, nossos termos ‘civilizado’ e ‘incivil’ não constituem uma antítese daquela existente entre o ‘bem’ e o ‘mal’, mas representam, sim, fases de um desenvolvimento que [...] ainda continua” (ELIAS, 1994: 73).

Este mesmo cuidado ele demonstra ao estudar os estabelecidos e os *outsiders* de Winston Parva. “Não quer dizer que tivesse um plano deliberado dos ‘aldeões’ de agir dessa maneira. Tratou-se de uma reação involuntária a uma situação específica, conforme a estrutura, toda tradição e visão de mundo da comunidade ‘aldeã’” (ELIAS; SCOTSON, 2000, 65).

A grande lição que Elias nos passa é buscar ver o mundo sob outra ótica e tentar identificar as relações de poder como algo presente no dia-a-dia das pessoas. Poder não se resume à luta entre grandes nações; e excluídos não são apenas os países e continentes “sub-desenvolvidos”, onde a população passa fome. Há estabelecidos e *outsiders* em todas as relações humanas. E, na maioria das vezes, não são os indivíduos que escolhem em qual lado irão ficar. Muito menos existe um lado “bom” e outro “ruim”. Tudo faz parte de um processo. Só quando enxergarmos as relações de poder sob esta nova ótica é que poderemos procurar soluções mais plausíveis para desnivelar a balança do poder.

Referências

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert e SCOTSON J. L. **Os estabelecidos e os *outsiders***: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GEBARA, Ademir; LUCENA, Ricardo de F. **O poder e cotidiano**: breve discussão sobre o poder para Norbert Elias. In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR - TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO, nov. 2005, Ponta Grossa, PR, Brasil. Disponível em: http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simpósio/artigos.html . Acesso em: 19 jan. 2007.

SALLAS, Ana Luiza F. Resenha do livro Os estabelecidos e os *outsiders*. **Campos**: revista de antropologia social. Vol 1. UFPR, 2001. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/viewPDFInterstitial/1561/1309>> Acesso em: 07 fev. 2007.

WIKIPÉDIA <http://pt.wikipedia.org/wiki/Norbert_Elias. Acesso em: 19 jan. 2007.